

## **PINK-WASHING E A ADMINISTRAÇÃO OBAMA: A RELAÇÃO ENTRE O POSICIONAMENTO PRÓ-LGBT+ E AS INTERVENÇÕES MILITARES NO ORIENTE MÉDIO (2009-2017)**

### **PINK-WASHING AND THE OBAMA'S ADMINISTRATION: THE RELATION BETWEEN PRO-LGBT+ POSITIONING AND THE MILITARY INTERVENTIONS IN THE MIDDLE EAST (2009-2017)**

**Maiko Jhonata de Araújo Gomes<sup>1</sup>**

Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais

Universidade Estadual da Paraíba

João Pessoa – Paraíba – Brasil

**Resumo:** Este artigo visa evidenciar o uso do *pink-washing*, durante a administração Obama (2009-2017), como mecanismo de lavagem de imagem relacionado às intervenções e ataques no Oriente Médio. Para tanto, a metodologia utilizada é a qualitativa exploratória, com fontes bibliográficas, documentos oficiais e discursos proferidos pelo então Presidente Obama. Dessa forma, a pergunta-problema pode ser caracterizada como: de que forma o aumento significativo de garantia de direitos à população LGBT+ pelo governo Obama se relaciona com a intensificação de ataques via drones no Oriente Médio? Portanto, a hipótese é que no Sistema Internacional moderno, a forma com que os Estados apoiam ou não direitos, ações e eventos LGBT+ pode ser utilizada com o intuito de pôr em prática determinadas agendas políticas e ideológicas. Assim, conclui-se que garantir e apoiar direitos/eventos/discursos favoráveis à população LGBT+ em território nacional não incapacitam um Estado de assumir uma postura agressiva e destrutiva para com outros povos e Estados, logo, a luta LGBT+ deve estar de mãos dadas contra o apartheid, o terrorismo estatal, o colonialismo e a ocupação indevida de territórios.

**Palavras-Chave:** Governo Obama. *Pinkwashing*. Oriente Médio.

**Abstract:** This articles aims at showing the use of pink-washing, during the Obama administration (2009-2017), as a mechanism of image washing related to interventions and attacks in the Middle East. To this end, the methodology used is qualitative exploratory, with bibliography, official documents, and speeches made by the then President Obama. Hence, the research question can be characterised as: how does the Obama administration's significant increase of LGBT+ population's rights guarantee relate to the intensification of drones attacks in the Middle East? Therefore, the hypothesis is that, in the modern International System, the way that States support or not LGBT+ rights, actions and events can be used in order to put in practice certain political and ideological agendas. It is concluded that to guarantee and to support rights/events/speeches favourable to LGBT+ population within the national territory does not makes the state unable from leading an aggressive and destructive stance towards other peoples and States, therefore, the LGBT + struggle must go hand in hand against apartheid, state terrorism, colonialismo, and undue occupation of territories.

**Key-words:** Obama's administration. Pink-washing. Middle East.

**Recebido:** 17/09/2020

**Aprovado:** 21/12/2020

---

<sup>1</sup> maikojhonata@hotmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0110-6750>

## Considerações iniciais

Barack Hussein Obama II sobe ao cargo de 44º Presidente dos Estados Unidos da América (EUA) em 20 de janeiro de 2009, deixando-o no dia 20 de janeiro de 2017. Durante seus dois mandatos, Obama adotou certas posturas e discursos bem diferentes do seu antecessor, George W. Bush, tanto no que tange à política externa, quanto à doméstica. Dessa forma, como será exposto, apesar de Obama, durante o período de campanha presidencial, ter proferido discursos de que adotaria uma nova política externa estadunidense voltada à Guerra ao Terror, pouca diferença efetiva é observada. Assim, embora tenha ocorrido uma redução de combatentes estadunidenses no exterior, houve um aumento exponencial de ataques aéreos, principalmente via drones. Logo, o objetivo era o mesmo, a forma de alcançá-lo que era diferente.

Ademais, no que tange à política doméstica, Obama direcionou uma atenção especial à promoção e garantia de direitos de certas minorias sociais e grupos historicamente marginalizados, como a população afro-americana e LGBTQ+. Vale destacar que não há uma sigla universalmente aceita, sendo assim, não há um uso mandatório, variando de acordo com o indivíduo/ movimento social/ país/ região. Recentemente, foi lançada uma versão caracterizada como “LGBTQQICAPF2K+”, sigla utilizada para referenciar todas as identidades de gênero e orientações sexuais que não seguem o padrão cisgênero-heterossexual. Para os devidos fins deste trabalho, optou-se por utilizar-se da versão caracterizada como “LGBT+”, ou seja, lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis e o símbolo “+” caracterizando toda uma imensidão de identidades de gênero e orientações sexuais.

Logo, para os devidos fins deste trabalho, o foco será direcionado à promoção de direitos e discursos favoráveis à população LGBTQ+ e como tal postura pode ser utilizada para alcançar diferentes agendas políticas, entre elas, a lavagem de imagem perante os ataques promovidos no Oriente Médio. Ou seja, como o governo Obama fez uso do *pink-washing* como mecanismo de lavagem de imagem.

Diferentemente de boa parte das pesquisas sobre *pink-washing*, que adota uma atenção específica ao Estado de Israel, este trabalho, contudo, destaca-se por adotar como foco o caso estadunidense. Dessa forma, apesar de diversos autores, como Puar (2011; 2013), Schotten e Maikey (2012), mencionarem que os EUA e, em alguns casos, o governo Obama especificamente, faz uso do *pink-washing*, nenhum deles aprofunda a discussão de maneira mais crítica e fundamentada.

Dado o exposto, o presente trabalho busca evidenciar o uso do *pink-washing* durante a administração Obama (2009-2017) como mecanismo de lavagem de imagem frente às intervenções e ataques no Oriente Médio. Portanto, o problema de pesquisa pode ser caracterizado como: de que forma o aumento significativo de garantia de direitos à população LGBTQ+ pelo governo Obama se relaciona com a intensificação de ataques via drones no Oriente Médio?

Visto que temáticas relativas à população LGBTQ+ e, mais especificamente, ao *pink-washing*, seguem incipientes no campo de Relações Internacionais, este artigo faz uso da metodologia qualitativa exploratória, dado que a mesma possibilita que o tema aqui abordado seja aprofundado e a bibliografia seja levantada, de modo a familiarizar leitores e/ou outros pesquisadores com esta temática. Portanto, a pesquisa busca: (I) expor a postura agressiva e intervencionista da política externa do governo Obama; (II) conceitualizar o *pink-washing*, como este mecanismo se relaciona com o homonacionalismo e como pode ser aplicado no contexto estadunidense, e; (III) demonstrar como a promoção de discursos pró-LGBTQ+ pode ser usada para alcançar certos objetivos no Sistema Internacional.

Portanto, a hipótese aqui observada é que no Sistema Internacional moderno, Estados não necessariamente apoiam a população LGBTQ+ com o simples objetivo de garantir igualdade a todos os seus cidadãos. Os Estados podem utilizar-se deste apoio com o intuito de pôr em prática determinadas agendas políticas e ideológicas em nível nacional, ou no exterior.

Dito isto, o artigo está seccionado em três partes. Inicialmente, é apresentada a política externa do governo Obama e como ela de fato foi aplicada em relação à Guerra do Terror e ao uso de drones como mecanismo de ataque. Na segunda seção, é apresentada a conceitualização do *pink-washing*, como este mecanismo é utilizado pelos Estados ocidentais e como ele se relaciona com o homonacionalismo. Por fim, na seção final e de maior importância para este artigo, será esmiuçada a relação entre a promoção de um perfil pró-LGBTQ+ a nível doméstico com o aumento significativo de ataques via drones pelo governo Obama, com o intuito de evidenciar o uso do *pink-washing* estadunidense.

## **1. O governo Obama (2009-2017) e a atuação militar no Oriente Médio**

No dia 04 de novembro de 2008, Barack Hussein Obama II foi eleito o 44º Presidente dos Estados Unidos da América (EUA), sendo o primeiro presidente afro-americano. Com grande apoio popular, Obama é reeleito em 06 de novembro de 2012. A administração Obama é conhecida por ser ambígua: enquanto promovia uma postura favorável às mais diversas minorias sociais em território nacional, adotava uma postura intervencionista e violenta em diferentes partes do mundo,

principalmente no Oriente Médio. Saliente-se que não há, atualmente, uma delimitação amplamente aceita do que se entende por Oriente Médio, contudo, este artigo compreende Oriente Médio como os seguintes territórios e Estados: Arábia Saudita, Bahrein, Chipre, Egito, Emirados Árabes Unidos, Iêmen, Irã, Iraque, Israel, Jordânia, Kuwait, Líbano, Omã, Qatar, Síria, Territórios Palestinos Ocupados (TPO) e Turquia (Infoplease, 2017). Apesar do título – e determinadas partes do texto – fazer menção apenas ao Oriente Médio, o artigo também aborda intervenções estadunidenses no Afeganistão, mesmo este Estado não sendo caracterizado como Oriente Médio.

Percebe-se, durante os dois mandatos de George W. Bush (2001-2009), uma expansão da política externa orientada pela crença de que os EUA deveriam projetar, competentemente, força no exterior de forma unilateral, não só em defesa de seus próprios interesses nacionais, mas também dos seus aliados. Por sua vez, a abordagem de Obama para a política externa e de segurança inicialmente manifestava-se com um perfil não-intervencionista, com a atenção da administração voltada mais para os assuntos internos (Krieg, 2016, p. 103).

Nakayama (2015, p.3) descreve a política externa do governo Obama como uma tentativa de restaurar a posição dos EUA no mundo, considerada pelo então presidente como estando em decadência desde 2001. Para Obama, muitas das ações tomadas pelo governo Bush em resposta aos ataques terroristas de 11 de setembro foram reações exageradas que resultaram em uma reputação negativa dos EUA em todo o mundo. Portanto, um dos principais objetivos da política externa de Obama era corrigir as reações exageradas e instaurar um equilíbrio saudável. Logo, restaurar a posição dos EUA no mundo não vinha com o objetivo de garantir melhor bem-estar ao povo estadunidense, mas sim com base no reconhecimento de que essas reações exageradas estavam prejudicando os interesses nacionais e futuras ações dos EUA.

Segundo Krieg (2016), após a experiência devastadora e onerosa de duas guerras no Afeganistão e no Iraque, com os EUA sendo os principais contribuintes de força militar, Obama adotou uma postura que privilegiava a defesa dos interesses vitais dos EUA e, em segundo lugar, ação militar executada por uma força militar mais enxuta e flexível, de caráter multilateral, em cooperação com aliados locais. Logo, não houve uma mudança nos objetivos da política externa dos EUA, mas sim nos meios escolhidos para alcançá-los (Krieg, 2016, p. 103).

Além do multilateralismo, outro meio para alcançar tais objetivos foi a construção de diálogo com uma maior diversidade de Estados. Obama defendia construir diálogos não só com aliados dos EUA, mas também com aqueles caracterizados como inimigos. Para ele, ao confiar no hipermilitarismo e evitar contatos diretos com adversários, o governo Bush causou danos

consideráveis aos interesses nacionais vitais dos EUA e sua posição moral no mundo (Gerges, 2013).

Dessa forma, essa tentativa de construir diálogos com os mais diversos lados torna-se evidente desde o período da campanha presidencial, em que Obama costumava reiterar seu compromisso de estender a mão aos muçulmanos e alterar a percepção negativa dos EUA nos países de maioria muçulmana. Repetidamente, o presidente enfatizava que “os Estados Unidos não estão, e nunca estarão, em guerra com o Islã”. Sucessivos presidentes estadunidenses visitaram o Oriente Médio para falar, mas não para ouvir, e repetidamente viram a região apenas nos termos globalistas da Guerra Fria, geopolítica, Israel e, mais recentemente, a ‘guerra ao terror’. Obama reconheceu que esse legado, que debilitou a posição dos EUA na região, não era sustentável e buscou reduzir as perdas dos EUA e começar a trazer as tropas estadunidenses para casa (Gerges, 2013).

À vista disso, a abordagem estratégica de Obama para a política externa e de segurança foi conduzida pela máxima de ‘contenção multilateral’, com o objetivo de reduzir os compromissos dos EUA no exterior, restaurar sua posição no mundo e atribuir responsabilidades para parceiros globais. Apesar de ser possível identificar uma disposição considerável, por Obama, para usar a força militar para proteger interesses nacionais vitais contra ameaças geográficas e legalmente amorfas – muitas vezes mal definidas –, seu foco era manter uma postura estrangeira que não dependesse exclusivamente da força militar, como o fortalecimento de relações diplomáticas (Krieg, 2016, p. 103).

Além de novos requisitos operacionais em ambientes operacionais contemporâneos, um dos aspectos principais que influenciou diretamente na abordagem do governo Obama para a ação militar foi o sentimento de cansaço do público estadunidense para com a atuação estadunidense em guerras caracterizadas como “de escolha”, no Oriente Médio. Por exemplo, as guerras no Afeganistão e no Iraque envolveram 2 milhões de militares, deixaram 6.000 estadunidenses mortos, 40.000 feridos e custaram mais de 1,5 trilhão de dólares (Krieg, 2016, p. 104).

Em nível operacional, Obama priorizou a guerra secreta e um uso cada vez mais frequente de plataformas tecnológicas, operações de forças especiais e agentes da Agência Central de Inteligência (CIA, sigla em inglês) para alcançar objetivos estratégicos e operacionais imperceptíveis ao público. Basicamente, a política externa de Obama é aquela orientada à ocultação da atuação estadunidense, por meio da externalização dos fardos da guerra para substitutos humanos e tecnológicos (Krieg, 2016, p. 104-105).

No que tange à atuação no Oriente Médio, Obama inicialmente buscou uma abordagem sutil e não intervencionista para a promoção da democracia e direitos humanos na região (Gerges, 2013).

Embora Obama tenha assumido o cargo com a visão de modificar a atuação dos EUA no Oriente Médio, como fica evidente na redução de envio de tropas para a guerra terrestre direta, como Bush fez no Iraque e no Afeganistão, o governo Obama deu continuidade ao envolvimento estadunidense no Oriente Médio via intervenções aéreas, principalmente no Iraque e na Síria (O'TOOLE, 2016).

O livro “*Drone Memos: Targeted Killing, Secrecy, and the Law*”, de 2010, editado e apresentado por Jameel Jaffer, reúne os documentos legais e políticos – muitos anteriormente secretos – que forneceram a base para a expansão do uso de ataques de drones contra suspeitos de terrorismo pelo governo Obama. Inclui também uma introdução que fornece uma visão abrangente do desenvolvimento do governo Obama de uma estrutura legal para justificar esses ataques. O governo Obama, com certeza, divulgou alguns dados agregados, incluindo o número de "não combatentes" e "combatentes" mortos desde 2009 em ataques de drones realizados fora do Afeganistão, Iraque e Síria (todas áreas caracterizadas de hostilidades ativas). Mas, apesar das promessas de maior transparência, ele se recusou a fornecer mais informações específicas sobre o caso, referentes à identidade de alvos, datas e locais de ataques e avaliações de danos colaterais (Hafetz, 2016).

Dessa forma, a justificativa para o uso de drones foi aumentar a efetividade em perseguir e assassinar indivíduos caracterizados como terroristas. Contudo, como não havia uma forma específica de identificar os terroristas, através dos drones, Obama automaticamente pintou todos os homens em idade militar nessas regiões como combatentes, tornando-os um alvo justo para assassinatos por controle remoto (Benjamin, 2017).

Segundo Purkiss e Serle (2017), da organização sem fins lucrativos *Bureau of Investigative Journalism*, Obama promoveu mais ataques de drones em seu primeiro ano do que Bush realizou durante toda a sua presidência. Um total de 563 ataques, em grande parte por drones, teve como alvo o Paquistão, a Somália e o Iêmen durante os dois mandatos de Obama, em comparação com 57 ataques sob Bush. Entre 384 e 807 civis foram mortos nesses países, de acordo com relatórios registrados pelo Bureau.

O número de países bombardeados simultaneamente pelos EUA aumentou para sete em 2016, com a abertura de uma nova frente na luta contra o Estado Islâmico. Dessa forma, os sete países que passaram a ser os alvos centrais da administração Obama foram: Afeganistão, Iêmen, Iraque, Síria, Líbia, Paquistão e Somália. Os EUA lideram uma coalizão de países na luta contra o Estado Islâmico no Iraque e na Síria desde agosto de 2014, conduzindo um total de 13.501 ataques nos dois países, de acordo com o grupo de monitoramento *Airwars* (Purkiss & Serle, 2017).

Como consequência do aumento significativo no número de ataques nesses sete países, nota-se um resultado alarmante: somente em 2016, o governo Obama lançou pelo menos 26.171 bombas, uma média de 72 bombas por dia. Deste total, 12.192 bombas foram lançadas na Síria, 12.095 no Iraque, 1.337 no Afeganistão e 35 no Iêmen (Benjamin, 2017; McCarthy, 2017).

Além do aumento alarmante no número de ataques por drones, a administração Obama não só mostrou-se resistente em divulgar documentos legais sobre o programa de drones, como defendia que deveria haver uma redução de documentos divulgados. Como consequência, esse sigilo contínuo dificulta, até hoje, um exame independente para saber se os ataques de drones dos EUA estavam em conformidade com o direito internacional, muito menos com os padrões que o governo articulou como uma questão de política (Hafetz, 2016).

Consequentemente, observa-se uma discrepância entre os dados apresentados oficialmente pelo governo Obama e os dados coletados pelo *Bureau* e outras organizações sem fins lucrativos de direitos humanos. Por exemplo, em julho de 2016, a Casa Branca divulgou dados sobre o número de pessoas mortas em ataques de drones entre janeiro de 2009 e o final de 2015, um anúncio que fontes internas disseram ser uma resposta direta à pressão do *Bureau* e de outras organizações que coletam dados. No entanto, a estimativa dos EUA do número de civis mortos – entre 64 e 116 – contrastou fortemente com o número registrado pelo *Bureau* – entre 380 e 801 –, um número seis vezes maior (Purkiss & Serle, 2017).

Esse número não abrange mortes em campos de batalha, incluindo o Afeganistão, onde os ataques aéreos dos EUA aumentaram desde que Obama retirou a maioria de suas tropas no final de 2014. Desde então, o país está sob frequente bombardeio dos EUA, em uma guerra não relatada que testemunhou a morte de 1.337 militares em 2016, um aumento de 40% em relação a 2015. As vítimas civis afegãs têm sido altas, com a Organização das Nações Unidas (ONU) relatando pelo menos 85 mortes em 2016. O *Bureau* registrou um número que varia de 65 a 105 mortes de civis durante este período (Purkiss & Serle, 2017).

Obama também iniciou uma campanha aérea visando o Iêmen. Seu primeiro ataque foi uma catástrofe: os comandantes pensaram que estavam tendo como alvo a Al Qaeda, mas em vez disso atacaram uma tribo local, matando 55 pessoas. Vinte e um eram crianças, 10 delas com menos de 5 anos. Doze eram mulheres, cinco delas grávidas (Purkiss & Serle, 2017).

Dado o exposto, observa-se que a longa e onerosa atuação de tropas estadunidenses no Oriente Médio durante os dois mandatos de Bush acarretou certa intolerância da população em relação à tal postura. Logo, Barack Obama tinha, entre seus principais objetivos, encontrar um equilíbrio entre a política interna e externa, limpar a imagem dos EUA no exterior e conseguir apoio

popular. Dessa forma, ao reduzir o contingente de combatentes no exterior e a adoção de drones, o governo Obama conseguiu dar continuidade às intervenções no Oriente Médio de forma menos visível e custosa. Ademais, com o intuito de encontrar um equilíbrio entre a política e externa, Obama adotou uma diversidade de posturas e discursos favoráveis às minorias sociais e àqueles historicamente marginalizados, dentre eles, a população LGBT+. Antes de compreender a relação entre a atuação estadunidense no Oriente Médio com a postura pró-LGBT+ em território nacional, é necessário fazer uma exposição sobre o que é o *pink-washing* e como este mecanismo tem sido utilizado pelos Estados.

## **2. O uso do *pink-washing* como mecanismo de lavagem de imagem**

Como exposto, para compreender a relação entre a promoção de uma postura pró-LGBT+ em território nacional e a atuação militar, via drones, no Oriente Médio, durante o governo Obama, é preciso apresentar a conceitualização do termo *pink-washing*, como tem sido utilizado pelos Estados ocidentais e sua relação com o homonacionalismo.

É importante destacar que o *pink-washing* não surge originalmente dentro da lógica LGBT+, mas dentro do âmbito da luta contra o câncer de mama. Desse modo, o termo *pink-washing* fora concebido por um grupo de ativistas do câncer de mama, o *Breast Cancer Action*, nos EUA, durante a década de 1990, após a criação do tão conhecido “Outubro Rosa”, ou mês de conscientização sobre o câncer de mama. O grupo então passou a criticar o marketing das corporações que promoviam uma imagem de preocupação com o câncer de mama durante o Outubro Rosa enquanto lucravam com a doença, sem direcionar qualquer tipo de ação que pudesse efetivamente ajudar na luta contra o câncer de mama (Ritchie, apud Schulman, 2015, p. 618).

O termo *pink-washing* foi apropriado por ativistas LGBT+ com o intuito de denunciar a forma em que os Estados fazem uso de uma série de medidas pró-LGBTs supostamente progressistas com o objetivo de construir seus perfis com características positivas, como democráticos, cosmopolitas, modernos e de primeiro mundo. Em contrapartida, constroem (ou retratam) o perfil das comunidades e Estados que não são adeptos dessa mesma liberdade para a comunidade LGBT+ com uma diversidade de características negativas, como violentos, atrasados e bárbaros. Logo, ao conseguirem construir seus perfis com características tão positivas, esses Estados conseguem redirecionar a atenção do Sistema Internacional para seu perfil progressista para com a população LGBT+, fazendo-os ignorar ou não direcionar uma atenção devida para as violações dos direitos humanos em seus próprios territórios e/ou em territórios estrangeiros (Salem, 2012, p. 1).

Desde 2011, após a publicação de um artigo de opinião no jornal *The New York Times*, a autora Sarah Schulman e movimentos sociais anti-*pink-washing* passaram a identificar Israel como o principal Estado promotor do *pink-washing*. Para a autora, *pink-washing* diz respeito a uma estratégia utilizada propositalmente com o intuito de corrigir violações contínuas aos direitos humanos dos palestinos, atrás de uma imagem de modernidade expressa através da vida gay em Israel (Schulman, 2011). Apesar de Israel ser caracterizado como o principal Estado a adotar tal mecanismo, o presente artigo terá como foco os EUA, com um recorte mais específico na administração Obama.

Conforme Puar (2017, p. 96), uma das características do *pink-washing* é o favorecimento da imagem do Estado que o emprega como “*gay-friendly*”, com o intuito de apagar determinadas hierarquias de poder. Em outras palavras, ao expor com tanta veemência a “homofobia do outro”, este Estado visa apagar qualquer questionamento sobre a homofobia em seu próprio território, o que lhes ajuda a justificar uma reivindicação de superioridade civilizacional, tornando o seu projeto nacionalista/civilizacional, por sua vez, mais atraente para a população LGBT+ (PUAR, 2017, p. 96).

De acordo com Schulman (2011), pelo fato de a população LGBT+ carregar consigo o legado emocional da LGBTfobia, é compreensivo que esses indivíduos compactuem com os discursos pró-LGBT+ promovidos pelos Estados, sem a adoção de uma postura crítica. Uma parte significativa dessa população já vivenciou algum tipo de opressão ou violência em suas vidas, como consequência de suas identidades de gênero ou orientações sexuais. Essas opressões manifestam-se nos mais diversos espaços e momentos, como na família; em representações distorcidas na cultura popular; na desigualdade jurídica sistemática, etc. Assim, muitos indivíduos e organizações LGBT+ avaliam como um país responde às pautas LGBT+ como marcador de avanço e modernidade.

Segundo Langlois (2016, p. 394-395), no Sistema Internacional moderno, os Estados fazem uso de certos discursos favoráveis ou contrários aos direitos da população LGBT+ com o intuito de justificar os ataques preventivos imperiais na própria composição das intimidades, ordem global e entendimento da vida, terror e morte. No entanto, propor direitos LGBT+ como direitos humanos e, por isso, haver a necessidade de ajuda humanitária, reforça interferências e violações que podem aumentar a vulnerabilidade de indivíduos no Sul Global e/ou de pessoas racializadas/marginalizadas do Norte. Assim, os direitos LGBT+, como direitos humanos, passaram de uma reivindicação social para uma agenda política ativa, debatida globalmente e institucionalizada sistematicamente em certas regiões. Logo, o uso, a história, a conceitualização e a disseminação destes direitos devem ser envolvidos de maneira crítica.

A forma em que os Estados utilizam-se da promoção de direitos LGBTQ+ para outros fins políticos e econômicos pode ser descrita como homonacionalismo. Segundo Puar (2013, p. 336), homonacionalismo diz respeito à forma que os Estados inserem determinados indivíduos homossexuais dentro do escopo da nação para receber o status de “*gay-friendly*” e, automaticamente, serem vistos positivamente pelo Sistema Internacional. Por consequência, para a autora, o *pink-washing* é uma mecanismo tornado possível dentro e por causa do homonacionalismo (Puar, 2013, p. 336). De modo mais específico, Schulman (2011) define o homonacionalismo como “a tendência entre alguns gays brancos de privilegiar sua identidade racial e religiosa”, dentro da lógica de inserção do indivíduo gay como cidadão.

Homonacionalismo é, antes de tudo, uma faceta da modernidade, visto que a inclusão de (alguns) corpos homossexuais na sociedade como dignos de proteção pelos Estados-nação, é agora bem-vista pelo Sistema Internacional. Destarte, homonacionalismo representa uma nova manifestação da relação entre o papel do Estado, o capitalismo e a sexualidade. Assumir uma postura crítica ao homonacionalismo é essencialmente uma crítica a como esses discursos de direitos produzem narrativas de progresso e modernidade, dado que essa narrativa de progresso para os direitos LGBTQ+ é sempre construída com base nos “outros” racializados, para os quais tal progresso já foi alcançado, mas agora está retrocedendo ou que ainda não foi alcançado (Puar, 2013, p. 337). Portanto, observa-se uma tendência de os Estados inserirem um conjunto específico de indivíduos LGBTQ+ como dignos de acesso à cidadania cultural e legal, ou seja, gays cisgênero, brancos e judeus/cristãos, enquanto acarreta a delimitação e expulsão de outras populações, como árabes, muçulmanos e identidades de gênero trans (Puar, 2013, p. 337).

Ao contrário do *pink-washing*, o homonacionalismo não é um mecanismo utilizado pelos Estados, mas sim, uma força que ultrapassa os limites estatais e é melhor configurada como uma convergência histórica de práticas de Estado, circuitos transnacionais da cultura de mercadorias *queer* e paradigmas de direitos humanos e fenômenos globais mais amplos, como a islamofobia crescente do pós 11 de setembro (PUAR, 2013, p. 337).

Destarte, pelo fato de o *pink-washing* avaliar a nacionalidade com base em como os Estados tratam seus homossexuais, o mecanismo acaba por se manifestar como um parâmetro de regulamentação no mundo atual. Dessa forma, o desafio é não permitir que gays liberais, ou que defendem as ideias dominantes, na Europa, EUA e Canadá redirecionem o roteiro de ativismo anti-*pink-washing* para longe de abordagem radical, que assimila a luta por direitos LGBTQ+ com questões como o fim da ocupação indevida e do sistema de apartheid (PUAR, 2011, p. 134-135).

Segundo Schotten e Maikey (2012), os ativistas favoráveis às chamadas de boicote, desinvestimento e sanções (BDS) contra Israel, não só promovem chamadas antiocupação e apartheid israelense, mas também resistem às guerras no Iraque e no Afeganistão, protestam contra as guerras ocultas dos EUA no Paquistão, Bahrein, Iêmen e Somália, e resistem ativamente à iminente guerra entre EUA e Israel no Irã. Ademais, para as autoras, os ativistas do *pink-watching* estão de fato vigilantes não só ao *pink-washing* israelense, mas também ao desdobramento dos EUA e da Europa de suas próprias versões islamofóbicas do *pink-washing* para justificar guerra, imperialismo e políticas discriminatórias de imigração.

É válido destacar que para entender o *pink-washing*, é necessário levar em consideração que esse mecanismo é uma ferramenta dentro do projeto homonacionalista, que só funciona em um cenário internacional. Se os Estados deixarem de aceitar as construções de imagem e lavagem de ações promovidas por Israel e EUA, por exemplo, com base em preceitos LGBTQ+, esse mecanismo perde sua força.

Dado o exposto, observa-se que no Sistema Internacional moderno, o apoio a questões LGBTQ+ é vinculado às características tidas como positivas e desejadas pelos Estados, como democrático, pluralista, moderno, inclusivo, tolerante e desenvolvido. Dessa forma, com o intuito de lavar suas imagens perante a ações caracterizadas como negativas, como ocupação indevida de territórios, bombardeios e apartheid, os Estados utilizam-se da promoção de discursos, eventos e direitos LGBTQ+ com o intuito de desenhar seu perfil com tais características positivas e receber apoio de uma parcela significativa da população civil em território nacional e de outros atores no Sistema Internacional. Dessa forma, o tópico a seguir fará uma relação entre os bombardeios e ataques promovidos pelo governo Obama no Oriente Médio com a promoção de certos discursos e atos pró-LGBTQ+ em território nacional com o objetivo de evidenciar o *pink-washing* estadunidense.

### **3. A relação entre *pink-washing* e os ataques ao Oriente Médio**

Como exposto no primeiro tópico, durante a administração Obama, apesar de ser observável uma redução em combatentes estadunidenses no exterior, houve um aumento exponencial de ataques promovidos por drones. Paralelamente, a nível interno, observa-se um aumento significativo na garantia de determinados direitos à população LGBTQ+ estadunidense, além da promoção de discursos oficiais favoráveis a essa parcela da população.

Dentre as conquistas LGBTQ+ durante a administração Obama, pode-se citar: a aprovação da lei “Lei Matthew Shepard e James Byrd Jr. pela Prevenção de Crimes de Ódio”, que passou a criminalizar, a nível federal, os crimes de ódio com base na orientação sexual ou identidade de

gênero (2009); a revogação da “*Don’t Ask Don’t Tell*”, que passou a permitir que militares abertamente gays, lésbicas e bissexuais pudessem servir nas forças armadas, sem o receio de serem demitidos (2011); a revogação da seção três da Lei de Defesa do Matrimônio, determinando que casais do mesmo sexo legalmente casados têm direito a benefícios federais (2013); a legalização do casamento homoafetivo em nível nacional (2015) (Obama, 2015; CNN, 2020).

Ademais, além da promoção de direitos, é possível mencionar diversos discursos pró-LGBT+ proferidos por Barack Obama durante sua gestão. Em junho de 2009, durante a Recepção do Orgulho LGBT+ na Casa Branca, ele defendeu um compromisso de sua gestão em buscar a igualdade para todos os indivíduos, inclusive LGBT+. Reforçou que indivíduos LGBT+ estão no mesmo nível que todos os outros indivíduos que tiveram seus direitos negados ao longo da história e que, ainda assim, continuaram a lutar e resistir. Ademais, mencionou que, de modo geral, sua administração buscava garantir todos os direitos que foram negados às famílias LGBT+, em território nacional ou lutando no exterior, como os mencionados anteriormente. Contudo, é possível identificar, em seu discurso, a promoção do nacionalismo estadunidense, quando Obama afirmou que o *Don’t Ask, Don’t Tell* não contribui em nada na segurança nacional dos EUA e que, para ele, impedir que americanos patriotas sirvam seu país enfraquece a segurança nacional. Reforçou que essa medida deve ser tomada com certa urgência, visto que os EUA estavam em período de guerra (contra o Iraque e Afeganistão). Para ele, adotar essa postura não representava apenas o correto a ser feito, mas também era essencial para a segurança dos EUA (OBAMA, 2009a).

Já em outubro de 2009, durante um discurso proferido na *Human Rights Campaign* (HRC), observa-se que Obama repetiu muitas das coisas mencionadas em seu discurso de junho, sendo de maior relevância para este trabalho, as passagens sobre nacionalismo estadunidense. Segundo ele, “Todos nós temos interesse em enfrentar os difíceis desafios que enfrentamos no Iraque e no Afeganistão”. Para o ex-presidente, os indivíduos não devem ser caracterizados apenas por suas orientações sexuais e/ou identidades de gênero, visto que são, também, familiares, soldados, trabalhadores, amigos, vizinhos e, mais importante, são estadunidenses que se preocupam profundamente com o país e seu futuro. Novamente, Obama mencionou que enxergava um futuro em que eles conseguirão pôr fim à discriminação contra gays e lésbicas, seja nos escritórios ou campos de guerra. Sobre a *Don’t Ask, Don’t Tell*, ele afirmou que “americanos patriotas” não devem ser punidos por terem escolhido servir o país, mas devem ser celebrados por sua força de vontade, coragem e altruísmo, principalmente porque os EUA estariam lutando em duas guerras. Para ele, os estadunidenses devem seguir os ideais que fundaram a nação: que todos são iguais e que merecem a mesma oportunidade de viver suas vidas livremente e perseguir a felicidade (Obama, 2009b).

Puar (2010) menciona um evento específico, que tomou forma de 2008 a 2009, que melhor configura o uso do *pink-washing* pelo governo Obama e o apoio ao Estado de Israel. Em janeiro de 2008, Israel invadiu e impôs um cerco implacável e extremamente restritivo em Gaza. Como consequência, muitos educadores nos EUA assinaram uma carta, dirigida a Barack Obama, gerada pelo coletivo “Professores Contra a Ocupação”, condenando a invasão. Cerca de seis meses depois, aqueles que assinaram a petição receberam um pedido de um dos signatários para endossar uma carta condenando a homofobia e a opressão contra as mulheres nos Territórios Palestinos, no Oriente Médio e no norte da África – regiões que não são todas definidas pelo domínio religioso islâmico, mas foram, no entanto, alvo de sua adesão às normas culturais muçulmanas repressivas.

Obama proferiu, em junho de 2015, um discurso no lado de fora da Casa Branca, em celebração à legalização do casamento igualitário em todo o país. Para ele, os indivíduos devem ser tratados igualmente, independentemente de quem eles são e/ou quem eles amam. Reforçou o ideal de liberdade dos EUA, ao dizer que quando todos os estadunidenses são tratados como iguais, todos tornam-se mais livres. Reforçou o ideal de liberdade e diversidade ao afirmar que os EUA são um país diverso, com diferentes histórias de vida, passados e formas de amar, mas que todos reconhecem que os EUA representam um lugar livre para que todos os indivíduos possam perseguir seus sonhos. No final, agradeceu a todos os presentes e disse que os EUA devem estar orgulhosos como um todo (Obama, 2015).

Por fim, em julho de 2016, Obama proferiu um discurso durante a 8ª Recepção do Orgulho LGBTQ+ na Casa Branca, a última de sua gestão. O foco de seu discurso foi a celebração das conquistas de sua gestão, mencionadas anteriormente. É possível identificar na fala de Obama a defesa da missão civilizatória dos EUA ao afirmar que “nós temos trabalho a ser feito quando pessoas LGBTQ+ ao redor do mundo ainda encaram isolamento pobreza, perseguição, violência e até morte”. Segundo Obama, um dos momentos mais especiais de seu mandato foi ter iluminado a Casa Branca com as cores do arco-íris, em junho de 2015 (como exposto na figura 1), pois, para ele, isso representa um símbolo poderoso de que mais estadunidenses passaram a se sentir aceitos e que o país deles passou a reconhecer o amor que eles sentiam. Para ele, esse ato de iluminar a casa representa um farol para todas as pessoas no mundo que ainda estão lutando por seus direitos (Obama, 2016).

**Figura 1- Casa Branca iluminada com as cores do arco-íris (2015)**



Fonte: Angerer (2015).

Ao relacionar o conteúdo exposto sobre *pink-washing* e homonacionalismo, com os discursos proferidos de 2009 a 2016, observa-se que mesmo que tais discursos tenham sido direcionados à população LGBT+ e aliados, há a promoção de ideais nacionalistas e patriotas em todos os quatro. Ao defender o fim do *Don't Ask, Don't Tell* e o direito de militares gays, lésbicas e bissexuais de servirem no corpo militar estadunidense, Obama apresenta como justificativa que tais indivíduos não deveriam ser punidos por causa de quem ele amam, mas deveriam ser celebrados por sua postura patriota em lutar pelo país, principalmente no Afeganistão e Iraque. Ademais, observa-se ainda, em todos os discursos, a vinculação entre a garantia de direitos LGBT+ com ideais de liberdade, igualdade e democracia. Paralelamente aos eventos e discursos pró-LGBT+ de 2015 e 2016, nota-se um aumento exponencial nos ataques, via drones, que acarretou na morte de 26.171 pessoas nos sete países que passaram a ser os alvos centrais da administração Obama.

Para Franke (2015), a promoção de tais direitos e eventos pelo governo Obama foi utilizada com o intuito de desviar a atenção de suas políticas questionáveis, como o aumento significativo de ataques por drones no Oriente Médio. Aprofunda ainda que, à medida que alguns Estados expandem suas leis que protegem os direitos das pessoas LGBT+, o *pink-washing* se tornou uma ferramenta eficaz para retratar uma reputação progressiva quando suas outras políticas relacionadas à segurança nacional, imigração, desigualdade de renda e militarismo são tudo menos progressivas.

De modo mais específico, Nakayama (2015, p. 9) faz uma comparação entre os dois documentos de Estratégia de Segurança Nacional, um publicado em 2010 e o outro em 2015. Para o autor, apesar de Obama ter se preocupado com a reputação estadunidense, pouca coisa mudou da política externa de Bush para Obama. A estratégia de 2015 faz referência a eventos que vieram à tona após 2010, como Ebola, Estado Islâmico, conflito na Síria e agressão russa na Ucrânia. Ademais, de forma ainda mais significativa para este trabalho, o documento de segurança de 2015 faz referência aos direitos da população LGBT+.

Dessa forma, como exposto anteriormente por Schotten e Maikey (2012), os indivíduos LGBT+ estadunidenses não devem aceitar e celebrar tais conquistas de maneira apolítica, visto que o mesmo governo que lhes garante direitos, adota posturas violentas contra outros indivíduos. Assim, segundo Currah (2013), pode não haver conexão clara e necessária entre o apoio do governo Obama à igualdade LGBT+ e as injustiças que ele causou em nome da Guerra ao Terror, contudo, ao mesmo tempo, tal postura ofereceu uma boa cobertura progressista para o governo Obama. Dessa forma, para o autor, existe uma relação direta entre as atividades regulamentadas pelo governo federal (comércio, guerra, imigração, segurança nacional, etc.) e discursos nacionais de identidade estadunidense (casamento e família).

Com o intuito de melhor visualizar o *pink-washing* adotado durante o governo Obama, observemos pesquisas de percepção sobre esse período. Em janeiro 2017, Michael Smith e Frank Newport, do *Gallup*, uma empresa global de análise e consultoria, coordenaram uma pesquisa de percepção pública sobre diversas questões do governo Obama. No que tange à “situação para gays e lésbicas”, 68% dos entrevistados acreditam que houve um progresso, 11% acreditam que permaneceu a mesma coisa e 16% possuem uma visão negativa, no total, a média final dessa categoria foi 52 pontos de percepção. No que tange à “defesa nacional e exército”, 30% acreditam que houve um progresso, 28% que permaneceu a mesma coisa e 39% possuem uma visão negativa, uma média final de -9 pontos de percepção. Sobre “situação no Afeganistão”, a média final foi de -12 pontos de percepção, enquanto que “situação no Iraque” foi de -22. No que se refere ao combate ao terrorismo, a média final foi de -21 (Smith & Newport, 2017).

De modo mais significativo, sobre a posição dos EUA no mundo, a média final foi de -19. Apesar de apresentar uma média negativa, a percepção pública sobre a posição dos EUA no mundo mostrou uma melhora, visto que a média do governo Bush foi de -57. Contudo, o governo Bush possui médias melhores associadas ao combate ao terrorismo (-3) e à “defesa nacional e exército” (3) (Smith & Newport, 2017).

Logo, surge um questionamento: se a percepção do público sobre questões referentes à segurança e atuação militar no exterior decaíram durante o governo Obama, por que houve um aumento na percepção dos EUA no mundo e uma preferência da população em tê-lo como presidente, em vez de Trump? Apesar de não haver uma relação direta, a postura pró-LGBT+ do governo Obama pode ser a responsável por isso. Ao levar em consideração todos os tópicos questionados na pesquisa do Gallup, aquele referente à situação de gays e lésbicas foi o que obteve melhor resultado, ultrapassando não só aqueles sobre questões militares e de segurança, como de energia e economia. Assim, observa-se que o uso de uma postura favorável à população LGBT+

pela administração Obama alcançou o objetivo almejado de lavar a imagem dos EUA e desenhar um perfil positivo deste governo.

Dado o exposto, observa-se uma postura ambígua ao longo do governo Obama. Em nível doméstico, é evidente o aumento significativo não só de discursos favoráveis à comunidade LGBT+, como de leis e posturas que beneficiam essa parcela da população. No que tange à atuação estadunidense no exterior, nota-se uma redução significativa no número de tropas militares, mas um aumento exorbitante de ataques aéreos, principalmente via drones. Ao relacionarmos tais informações com os dados apresentados pelo *Gallup*, observa-se que o uso do *pink-washing* trouxe benefícios positivos para a administração Obama, visto que os tópicos referentes à causa LGBT+ ficam em destaque, chegando a equilibrar os pontos negativos nos tópicos sobre assuntos militares.

### **Considerações finais**

O presente trabalho buscou evidenciar o uso do *pink-washing* pela administração Obama através da análise da relação entre a promoção de um perfil pró-LGBT+ a nível doméstico com o aumento exorbitante de ataques aéreos, via drones, contra sete países, sendo três deles no Oriente Médio.

De antemão, no que tange à atuação militar do governo Obama no Oriente Médio, observa-se que não há uma quebra de objetivo do governo Bush para o governo Obama, visto que, apesar de Obama ter reduzido consideravelmente o número de combatentes no exterior, aumentou de maneira exponencial o número de ataques via drones. Dessa forma, nota-se que durante o período de transição de governos havia um sentimento de cansaço no povo estadunidense quanto à atuação dos EUA em guerras longas e onerosas. Assim, ao reduzir o número de combatentes e aumentar o número de drones, Obama conseguiu garantir o apoio público, visto que não mais estaria mandando combatentes para essas guerras caracterizadas como “de escolha”.

No segundo tópico, houve a elucidação do que é o *pink-washing* e sua relação com o homonacionalismo. *Pink-washing*, em poucas palavras, diz respeito à tendência de Estados construírem um perfil pró-LGBT+ atrelado a atributos positivos, como democráticos, inclusivos, modernos e de primeiro mundo. Por consequência, esses Estados buscam redirecionar a atenção do Sistema Internacional para este perfil pró-LGBT+ (sempre atrelado com essas características positivas) enquanto tentam encobrir as violações e infrações cometidas em outros contextos, principalmente contra outros povos estrangeiros. Ou seja, como o termo sugere, seria uma lavagem (*wash*, em inglês) de imagem em cima de um perfil pró-LGBT+.

Ao levarmos em consideração o recorte temporal do governo Obama, 2009 a 2017, fica evidente o número crescente de leis, medidas e ações adotadas pelo governo estadunidense para

com a população LGBT+, como: a Lei Matthew Shepard e James Byrd Jr. pela Prevenção de Crimes de Ódio (2009); a revogação da “*Don’t Ask Don’t Tell*” (2011); a revogação da seção três da Lei de Defesa do Matrimônio, determinando que casais do mesmo sexo legalmente casados têm direito a benefícios federais (2013); a legalização do casamento homoafetivo em nível nacional (2015).

Além de direitos e medidas que beneficiam a população LGBT+, Obama também recebe destaque por ter proferido diversos discursos favoráveis a esta parcela da população, como nos quatro discursos aqui mencionados. Contudo, nota-se em todos os quatro discursos, um vínculo direto entre o perfil pró-LGBT+ dos EUA com sua suposta superioridade civilizacional, marcada pela democracia, liberdade e igualdade. Observa-se ainda o fortalecimento do perfil militarista ao defender que cidadãos LGBT+ também devem servir no exército e defender os ideais de seu país.

No mesmo recorte temporal, é evidente o aumento significativo de ataques via drones. Como exposto por Purkiss e Serle (2017), esse tipo de ataque aumentou em dez vezes durante o governo Obama, saltando de um total de 57 ataques durante o governo Bush, para um total de 563 ataques durante os dois mandatos de Obama. Como consequência, somente em 2016, os EUA haviam lançado 26.171 bombas em apenas sete países, boa parte delas na Síria e Iraque.

Contudo, é válido destacar que a LGBTfobia continua a representar um grande problema no mundo atual, custando a vida de centenas de pessoas anualmente. Assim, a população LGBT+ deve, de fato, continuar a reivindicar de seus representantes políticos a garantia de direitos que por muito tempo lhes foram negados, além da adoção de medidas que os protejam de qualquer ação ou medida caracterizada como LGBTfóbica. Entretanto, a luta pela garantia de direitos deve sempre andar de mãos dadas com um posicionamento crítico em relação ao uso de pautas LGBT+ como ferramenta política pelos Estados. Ademais, deve, também, reivindicar não só o fim de violências contra essa parcela da população, como lutar contra toda forma de opressão promovida pelos Estados.

Em suma, como consequência dessa tomada de posturas ambígua pelo governo Obama, é possível afirmar que o *pink-washing* estadunidense acabou alcançando seu objetivo de lavagem de imagem. Como exposto pela pesquisa feita pelo *Gallup*, nota-se que a percepção pública quanto aos diversos tópicos relacionados a questões de segurança e atuação militar do governo Obama presenciou médias negativas, enquanto que a percepção pública sobre questões LGBT+ apresentou não só uma média positiva, como a melhor média entre todas as categorias. Dessa forma, é possível afirmar que a escolha de reduzir o número de combatentes no exterior, aumentar os ataques por drones e fortalecer um perfil dos EUA como pró-LGBT+ representam medidas que conseguiram

lavar a imagem do país e atrair o apoio de uma parcela significativa da população estadunidense e de outros atores do Sistema Internacional.

### **Referências:**

ANGERER, Drew. (2015) **The White House stands illuminated in rainbow colored light at dusk in Washington, D.C., U.S**, publicado em Drew Angerer Photographer [<http://www.drewangerer.com/politics>]. Disponibilidade: 03/03/2021.

BENJAMIN, Medea. (2017) **America dropped 26,171 bombs in 2016: What a bloody end to Obama's reign**, publicado em The Guardian [<https://www.theguardian.com/commentisfree/2017/jan/09/america-dropped-26171-bombs-2016-obama-legacy>]. Disponibilidade: 24/08/2020.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. (1993) **Atlas of the Middle East**. Washington: US Government Printing Office. Publicado em: [[http://legacy.lib.utexas.edu/maps/atlas\\_middle\\_east/atlas\\_middle\\_east.html](http://legacy.lib.utexas.edu/maps/atlas_middle_east/atlas_middle_east.html)]. Disponibilidade: 03/03/2021.

CNN. (2020) **LGBTQ Rights Milestones Fast Facts**, publicado em [<https://edition.cnn.com/2015/06/19/us/lgbt-rights-milestones-fast-facts/index.html>]. Disponibilidade: 02/09/2020.

CURRAH, Paisley. (2013) Homonationalism, State Rationalities, and Sex Contradictions. **Theory & Event**, 16 (1), publicado em: [[https://academicworks.cuny.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1315&context=gc\\_pubs](https://academicworks.cuny.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1315&context=gc_pubs)]. Disponibilidade: 02/09/2020.

FRANKE, Katherine (2015). **The Greater Context of the Pinkwashing Debate**, publicado em Gender and Sexuality Law Blog [<http://blogs.law.columbia.edu/genderandsexualitylawblog/2012/07/06/the-greater-context-of-the-pinkwashing-debate/>]. Disponibilidade: 26/08/2020.

GERGES, Fawa A. (2013) The Obama approach to the Middle East: the end of America's moment? **International Affairs**, 89 (2): 299-323, publicado em [<https://academic.oup.com/ia/article/89/2/299/2449991?searchresult=1>]. Disponibilidade: 01/09/2020.

HAFETZ, Jonathan. (2016) **The troubling legacy of Obama's drone campaign**, publicado em Al Jazeera [<https://www.aljazeera.com/indepth/opinion/2016/12/troubling-legacy-obama-drone-campaign-161220103555278.html>]. Disponibilidade: 24/08/2020.

INFOPLEASE. (2017) **Middle East Map**, publicado em Infoplease [<https://www.infoplease.com/atlas/middle-east>]. Disponibilidade: 03/03/2021.

JAFFER, Jameel. (2016) **Drone Memos: Targeted Killing, Secrecy, and the Law**. Nova Iorque: The New Press.

KRIEG, Andreas. (2016) Externalizing the burden of war: the Obama Doctrine and US foreign policy in the Middle East. **International Affairs**, 92 (1): 97–113.

LANGLOIS, Anthony J. (2016) International Relations Theory and Global Sexuality Politics. **Politics**, 36 (4): 385-399, publicado em [<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1111/1467-9256.12108?journalCode=pola>]. Disponibilidade: 04/09/2020.

MCCARTHY, Niall. (2017) **The U.S. dropped 26,171 bombs in 2016**, publicado em Statista [<https://www.statista.com/chart/7717/the-us-dropped-26171-bombs-in-2016/>]. Disponibilidade: 24/08/2020.

NAKAYAMA, Toshihiro. (2015) **Strategic Patience in a Turbulent World: The Obama Doctrine and its Approach to the World.** *Asia-Pacific Review*, 22 (1): 1–15.

PURKISS, Jessica; SERLE, Jack. (2017) **Obama's covert drone war in numbers: Ten times more strikes than Bush**, publicado em The Bureau of Investigative Journalism [<https://www.thebureauinvestigates.com/stories/2017-01-17/obamas-covert-drone-war-in-numbers-ten-times-more-strikes-than-bush>]. Disponibilidade: 24/08/2020.

OBAMA, Barack (2009a). **President Obama & the First Lady Hold LGBT Pride Reception**, publicado em The Obama White House [<https://www.youtube.com/watch?v=vmEpD2sh0HA>]. Disponibilidade: 25/08/2020.

\_\_\_\_\_. (2009b) **President Obama Speaks for Gay Civil Rights**, publicado em The Obama White House [[https://www.youtube.com/watch?v=7F\\_BODrAwSE](https://www.youtube.com/watch?v=7F_BODrAwSE)]. Disponibilidade: 25/08/2020.

\_\_\_\_\_. (2015) **The President Speaks on the Supreme Court's Decision on Marriage Equality**, publicado em The Obama White House [<https://www.youtube.com/watch?v=b715GKJNWXa>]. Disponibilidade: 26/08/2020.

\_\_\_\_\_. (2016). **President Obama Hosts a Reception for LGBT Pride Month**, publicado em The Obama White House [<https://www.youtube.com/watch?v=wceEYhDvPdk>]. Disponibilidade: 26/08/2020.

O'TOOLE, Megan. (2016) **The Middle East that Obama left behind**, publicado em Al Jazeera [<https://www.aljazeera.com/indepth/features/2016/11/election-affect-middle-east-policy-161105125945727.html>]. Disponibilidade: 24/08/2020.

PUAR, Jasbir K. (2010) **Israel's gay propaganda war**, publicado em The Guardian [<https://www.theguardian.com/commentisfree/2010/jul/01/israels-gay-propaganda-war>]. Disponibilidade: 02/09/2020.

\_\_\_\_\_. (2011) Citation and Censorship: The Politics of Talking About the Sexual Politics of Israel. *Feminist Legal Studies*, 9 (2): 133-142, publicado em [<https://link.springer.com/article/10.1007/s10691-011-9176-3>]. Disponibilidade: 12/09/2020.

\_\_\_\_\_. (2013) Rethinking Homonationalism. *International Journal of Middle East Studies*, 45 (2): 336-339, publicado em [<https://www.cambridge.org/core/services/aop-cambridge-core/content/view/A455C4850A8D94BA4DC96D9B8837727C/S002074381300007Xa.pdf/div-class-title-rethinking-homonationalism-div.pdf>]. Disponibilidade: 10/09/2020.

SALEM, Sara. (2012) **Pinkwashing Palestine and Middle Eastern Uprisings**, publicado em Muslim and Non-Muslim Commentary [<https://www.unisa.edu.au/siteassets/episerver-6-files/documents/eass/mnm/commentaries/salem-pinkwashing.pdf>]. Disponibilidade: 09/09/2020.

SCHOTTEN, Heike; MAIKEY, Haneen. (2012) **Queers Resisting Zionism: On Authority and Accountability Beyond Homonationalism**, publicado em Jadaliyya [<https://www.jadaliyya.com/Details/26818/Pinkwashing-And-Pinkwashing-Interpenetration-and-its-Discontents>]. Disponibilidade: 08/09/2020.

SCHULMAN, Sarah. (2011) **Israel and 'Pinkwashing'**, publicado em The New York Times [<https://www.nytimes.com/2011/11/23/opinion/pinkwashing-and-israels-use-of-gays-as-a-messaging-tool.html>]. Disponibilidade: 06/09/2020.

SMITH, Michael; NEWPORT, Frank. (2017) **Americans Assess Progress Under Obama**, publicado em Gallup [[https://news.gallup.com/poll/201683/americans-assess-progress-obama.aspx?g\\_source=Politics&g\\_medium=lead&g\\_campaign=tiles](https://news.gallup.com/poll/201683/americans-assess-progress-obama.aspx?g_source=Politics&g_medium=lead&g_campaign=tiles)]. Disponibilidade: 27/08/2020.

